



Trabalhadores Vigilantes, bancários e de serviços se reúnem com a deputada Erika Kokay para discutir fechamento de agências



Representantes dos vigilantes, bancários e serviços com a deputada federal Érika Kokay

A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT (Contracs), o Sindicato dos Bancários do Distrito Federal e a Federação dos Bancários do Centro Norte – FETEC CUT, se reuniram com a deputada federal (PT/DF) Erika Kokay, na quinta-feira (8), para discutir o fechamento de agências bancárias em todo o país, em especial Caixa e bancos

privados. Este assunto vem preocupando os vigilantes e terceirizados, que temem por demissões.

A Caixa havia anunciado o fechamento de 117 agências em todo o país, sendo 13 em Brasília e 62 em São Paulo, além de outros Estados. De acordo com Antonio Abdan, diretor do Sindicato dos Bancários do Distrito Federal, a Caixa assegurou em mesa de negociação que os trabalhadores

bancários não seriam prejudicados com essa medida, porém o mesmo não se aplicaria aos terceirizados que também trabalham nessas unidades.

No encontro, na sede do Sindicato, os representantes dos vigilantes e terceirizados (conservação e limpeza) externaram à deputada a preocupação com as demissões que o fechamento promoverá. Especula-se que possa haver mais de mil demitidos.

“Os participantes também destacaram que o fechamento de agências bancárias implica em forte impacto social, sobretudo considerando que prejudica o atendimento, deixando os clientes desassistidos”, observa o diretor da Fetec-CUT/CN, José Avelino.

Erika Kokay, que é bancária da Caixa, informou que vai agendar reunião com o presidente da Caixa para levar a preocupação dos trabalhadores com o fechamento das agências e, também, para discutir as demandas apresentadas por eles. A deputada também vai propor uma audiência pública no Congresso para discutir o assunto e colocar a sociedade a par da situação.

União de forças

Presidente da CNTV, José Boaventura destaca que a reunião, que contou com a participação de Erika Kokay, “foi fruto de outros encontros, quando decidimos de forma estratégica unir forças contra este absurdo, para denunciar e fazer atos políticos e o que mais for necessário para demonstrar para a Caixa Econômica que, além de equivocada, esta decisão destoa do cenário atual, onde a empresa não vem cumprindo o seu papel social, mas trabalhando pelo lucro astronômico a qualquer preço, enquanto demite

trabalhadores e fecha agências, dentre outras ações”, pontuou.

E acrescentou: “Com apoio da deputada que conhece profundamente a Caixa e que também é sensível aos interesses dos trabalhadores, sabemos que avançamos muito”.

“Queremos a geração de mais empregos e não demissões”, enfatizou o representante da Contracs, Thiago Bittencourt Neves, secretário de Juventude da CUT/DF e diretor do Sindicom/DF (Sindicato dos Comerciantes do DF). Segundo ele, “a audiência pública no Congresso é uma forma de tornar público o que está acontecendo, que é o eventual corte de trabalhadores, que vai na contramão do que almejamos”.

Participaram da audiência pelos vigilantes:

Geraldo Cruz – Diretor de finanças do Sindicato dos Vigilantes de Camaçari / diretor da CNTV;

Florismar Vilarindo – Diretor do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal / Diretor da CNTV;

Amaro Pereira – Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Barueri / Diretor da CNTV;

Melquisedeques Marques / Vice-Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal / Presidente da Fintravig – Federação dos Vigilantes do DF, ES, MG, RJ e SP;

Pela assessoria da CNTV: Jacqueline Barbosa e Iran Marcolino

Fonte: Mariluce Fernandes

Do Seeb Brasília

Com alterações CNTV

Entenda o que muda com aprovação do marco legal da segurança privada

Texto, que vai à sanção presidencial, estabelece idade mínima de 21 anos para atuação como vigilante e curso de capacitação obrigatório



Lei prevê idade mínima, cursos de formação e reciclagem para profissionais Marcelo Camargo/ Agência Brasil

O SCD (Substitutivo da Câmara dos Deputados) 6/2016, que cria o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras foi enviado diretamente para sanção presidencial. Isso porque ele foi aprovado em regime de urgência pelo Senado Federal na terça-feira (13). Embora não inclua o piso salarial nacional para os vigilantes, objetivo da proposta feita inicialmente em 2010, a norma tem importantes instrumentos para as empresas e profissionais do setor.

Além disso, a regra define competências de fiscalização e controle, atribuídas principalmente à Polícia Federal.

Entre as grandes inovações da lei, está o capítulo V, que trata das qualificações, direitos e responsabilidades dos profissionais do setor. A nova lei prevê, por exemplo, idade mínima de 21 anos para quem quiser atuar como vigilante em uma das atividades elencadas. Além disso, os profissionais devem passar por cursos de capacitação específicos para vigilantes,

que são reconhecidos e autorizados pela Polícia Federal. Esses cursos incluem treinamento em técnicas de segurança, uso de equipamentos, e procedimentos de emergência, entre outros.

“Nesse ponto nós já tínhamos, nós já vivenciávamos esse tipo de regulação por parte da polícia federal, porém, com a novidade legislativa nós teremos agora. A periodicidade diminuída, para que de tempos em tempos possa haver uma real aferição da capacidade de combate, da capacidade de prevenção e, acima de tudo, da capacidade de intervenção imediata dos agentes formados e alocados na estrutura dessas empresas do segmento de segurança privada”, explica Berlinque Cantelmo, especialista em ciências criminais ouvido pelo R7.

Os cursos de formação de vigilantes incluem treinamento em técnicas de segurança, uso de equipamentos, procedimentos de emergência, e outros conhecimentos necessários para o

desempenho seguro e eficaz das funções de vigilância. Além disso, eles devem ser autorizados e reconhecidos pela Polícia Federal. A lei também prevê a necessidade de cursos de atualização e reciclagem periódica para os vigilantes.

Prestadores de serviço terão que contratar seguros

A lei também marca como obrigatória a contratação de seguros para as empresas. Eles deverão cobrir:

- 1. responsabilidade civil**, por danos causados a terceiros durante a prestação dos serviços de segurança;
- 2. seguro de vida** aos profissionais de segurança, garantindo proteção financeira em caso de acidentes ou fatalidades durante o trabalho;
- 3. equipamentos**, contra avarias ou perdas nas atividades de segurança.

Fonte: Jéssica Gotlib, do R7, em Brasília



MTE PUBLICA PORTARIA QUE ALTERA OS PROCEDIMENTOS PARA O REGISTRO DAS ENTIDADES SINDICAIS NO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

PORTARIA MTE Nº 1.342 DE 8 DE AGOSTO DE 2024

Altera a Portaria MTE nº 3.472, de 4 de outubro de 2023, que dispõe sobre os procedimentos para o registro das entidades sindicais no Ministério do Trabalho e Emprego

Confederação Nacional dos Vigilantes



O Ministério do Trabalho e Emprego, publicou no DOU de 08 de agosto de 2024, a PORTARIA MTE Nº 1.342, DE 8 DE AGOSTO DE 2024, que altera a Portaria MTE nº 3.472, de 4 de outubro de 2023, que dispõe sobre os procedimentos para o registro das entidades sindicais no Ministério do Trabalho e Emprego.

Informamos que a Portaria MTE nº 3.472, de 2023, que trata dos procedimentos para o

registro de entidades sindicais foi atualizada pela Portaria MTE nº 1.342, publicada no DOU, Seção 1, de 9/8/2024, com vistas a atender demandas das direções sindicais de trabalhadores e empregadores.

Além de pequenos ajustes no texto que visam a melhoria da compreensão e da intenção do normativo, a alteração traz as seguintes inovações:

> **Simplificação da documentação**

exigida para os pedidos de registro e de atualização de dados perenes:

- A autodeclaração de pertencimento à categoria deverá conter, apenas, o nome completo, o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF e a assinatura de cada dirigente eleito.

> Solicitação de atualização de dados perenes na modalidade “Diretoria” poderá ser realizada utilizando-se a ata de eleição da diretoria.

- Como as eleições sindicais se realizam, em regra, com bastante antecedência ao encerramento dos mandatos, as entidades sindicais poderão iniciar o procedimento de atualização antecipadamente, o que possibilitará que o mandato da diretoria esteja atualizado no sistema CNES por todo o período de vigência.

> Descentralização da análise das solicitações de atualização de dados perenes.

- A partir de 1º de setembro de 2024, as entidades sindicais deverão encaminhar os documentos necessários à análise de SD, pelo sistema SEI/MTE, à Seção de Relações do Trabalho (SERET) da Superintendência Regional do Trabalho da UF da sede da entidade, onde serão analisados e validados.

> Possibilidade de saneamento de solicitação de atualização de dados perenes.

- Em casos de irregularidade ou insuficiência relacionada aos documentos apresentados ou falta de correspondência entre estes e o requerimento eletrônico, a entidade sindical será notificada para saneamento da solicitação, o que diminuirá o número de indeferimentos e a necessidade de protocolar nova SD e ir para o fim da fila.

> Definição de prazo para que os sindicatos encaminhados para solução de conflito de representação possam solicitar a realização de mediação pela SRT.

- Nos primeiros 60 dias do prazo para apresentação do resultado da solução do conflito, os envolvidos no conflito poderão solicitar a realização de mediação, junto à Secretaria de Relações do Trabalho, por meio do sistema SEI/MTE.

Houve também, alteração no sistema CNES no tocante aos pedidos de atualização de dados perenes (SD). O sistema passou a permitir que, antes do início da análise do pedido, a entidade sindical que identificar equívoco nas informações enviadas poderá retificá-las, sem a necessidade de qualquer intervenção do MTE

Banco do Brasil lucra R\$ 18,8 bi no primeiro semestre



O Banco do Brasil apresentou lucro de R\$ 18,80 bilhões no primeiro semestre de 2024. O valor significa crescimento de 8,5% em relação ao primeiro semestre de 2023. No segundo trimestre, o BB apresentou resultado de R\$9,50 bilhões, 2,2% maior do que o apresentado no primeiro trimestre do ano, quando o lucro foi de R\$ 9,30 bilhões.

O retorno sobre patrimônio líquido (PSPL), indicador financeiro também conhecido como ROE e que mede a capacidade de a empresa em agregar valor, teve aumento de 0,3 pontos percentuais (p.p.) em doze meses, chegando a 21,7%, exatamente o mesmo percentual apresentado na divulgação dos resultados do primeiro trimestre deste ano.

Segundo o BB, o resultado foi influenciado pelo aumento das receitas de crédito e tesouraria, combinado com a queda nas despesas financeiras e que resultou no crescimento de 16,4% da

margem financeira bruta.

“O lucro do BB é fruto direto da dedicação de todos funcionários. E, por isso, nós estamos cobrando valorização real nos salários e aumento na remuneração, incluindo PLR, para que o banco valorize devidamente aos trabalhadores e trabalhadoras”, destaca Fernanda Lopes, coordenadora da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB).

Agências e clientes

Dados divulgados no relatório produzido pela equipe do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) sobre os recentes resultados do BB mostram que, no final do semestre concluído em junho, o BB contava com 87.130 funcionários – aumento de 2.099 postos de trabalho em 12 meses. A entidade destaca, entretanto, que enquanto o número de funcionários cresceu apenas 2,5% o de estagiários cresceu 28,7%, totalizando 485 no final

do semestre.

No mesmo período, o BB abriu mais uma agência tradicional, ficando com um total de 3.172 unidades, além de 13 agências digitais, passando a ter no país 826 estruturas deste perfil. Por outro lado, em doze meses, houve a redução de 40 postos de atendimento bancário (totalizando 1.530 unidades) e aumento de 1,64 milhão de clientes, alcançando 83,29 milhões em junho de 2024.

“Existe um movimento no setor bancário do Brasil de redução de vagas e fechamento de agências no setor, mesmo diante do crescimento de lucros. Então, esse dado do BB, de aumento de 2.099 postos e praticamente manutenção de agências formais mostra a importância dos bancos públicos para o setor, com perspectiva de abertura de novos concursos públicos”, avalia Fernanda Lopes.

O BB está no grupo dos quatro maiores bancos do país, ao lado de Itaú Unibanco, Bradesco e Santander. Enquanto o banco público apresentou crescimento no número de vagas, na variação entre o primeiro semestre de 2023 e primeiro semestre de 2024, todos os demais reduziram: Itaú em -1.785; Bradesco em -573 e Santander em -80. No total, os bancos esses privados fecharam no país 2.438 vagas de emprego.

Carteira de crédito

A concessão de crédito cresceu 13,2% em 12 meses e 3,9% no trimestre, totalizando R\$ 1,18 trilhão, em junho de 2024. O Agronegócio, que representa um terço de toda a carteira da instituição, foi o que mais cresceu: 14,9%, em um ano, totalizando R\$ 335,45 bilhões.

No mesmo período, a carteira Pessoa Física cresceu 5,7% (R\$ 317,24 bilhões) e a carteira Pessoa Jurídica expandiu 10,9% (R\$ 323,81 bilhões).

Inadimplência e despesas com PCLD

O BB afirma que o índice de inadimplência para atrasos superiores a 90 dias ficou em 3,00%, aumento de 0,27 p.p. em relação a junho de 2023, mas ainda abaixo da inadimplência média do Sistema Financeiro Nacional (3,20%).

Já as despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), também chamada de provisões para devedores duvidosos (PDD), cresceram 56,1%, em doze meses, totalizando R\$ 19,96 bilhões no primeiro semestre de 2024.

A título de comparação, em março, o BB havia divulgado crescimento de 145,3% na PDD, totalizando R\$ 10,15 bilhões no primeiro trimestre de 2024. Esse aumento significativo na provisão havia sido reflexo do agravamento do risco nos segmentos large corporate (grande empresa) e agronegócio.

“No 2º trimestre, houve redução na PDD, porém, poderia ter caído mais, porque o BB não sofre com uma inadimplência significativa e, por mais que a carteira de crédito tenha crescido, não foi de maneira tão significativa, quando consideramos a evolução em 12 meses”, avalia a economista da subseção do Dieese na Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Vivian Machado.

Ela explica que a PDD é uma reserva importante, que é feita para que o banco se proteja de uma futura perda em relação aos inadimplentes, entretanto essa despesa impacta negativamente no lucro. “Ou seja, quanto maior a PDD menor o resultado o que, por sua vez, impacta, por exemplo, na distribuição do Participação nos Lucros e Resultados (PLR), aos funcionários. Se o BB tivesse reduzido em R\$ 1,5 bi, o lucro apresentado no semestre teria superado ao do banco Itaú”, completa.

Fonte: Contraf-CUT

TST firma acordo com CNJ para destinar emprego a jovens acolhidos

Compromisso prevê a reserva de vagas para participantes do Programa Novos Caminhos em contratos de terceirização, estágio e aprendizagem



Foto: Luiz Silveira/CNJ

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro Lelio Bentes Corrêa, assinou, nesta terça-feira (13), um Acordo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no âmbito do Programa Novos caminhos, que visa assegurar empregos para adolescentes abrigados.

Com a medida, o TST se compromete a reservar, pelo menos, 5% das vagas previstas nos contratos de prestação de serviços terceirizados, estágio e aprendizagem para jovens em situação de acolhimento ou egressos de unidades de acolhimento integrantes do Programa Novos Caminhos, nacionalizado em janeiro deste ano pelo CNJ (Resolução

543). Os Tribunais Regionais do Trabalho também poderão aderir ao acordo, por meio de um Termo de Adesão próprio, disponibilizado pelo CNJ.

Ministro lembra jovem de abrigo que hoje estuda engenharia

Na assinatura, o ministro Lelio Bentes Corrêa lembrou de uma visita que fez, em 2015, aos adolescentes em situação de abrigo que recebiam apoio do programa em Santa Catarina e prestou homenagem a Nelson Mateus, que conheceu no local. “Ele tinha acabado de completar 17 anos, mas já se preocupava com a perspectiva de alcançar a maioria e não poder mais permanecer naquele ambiente protegido”, relatou. “Nelson me disse que cursava o curso técnico em eletrônica, mas sonhava estudar engenharia elétrica. Chamou atenção o fato de que um adolescente naquela situação tão desfavorável ousasse sonhar”.

Recentemente, durante as comemorações dos dez anos do programa, o ministro reencontrou Nelson, agora professor de matemática e aluno do curso de engenharia elétrica na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O jovem foi adotado aos 17 anos junto com seu irmão. “Como é forte a capacidade de sonhar, e como esses sonhos têm a vocação para se concretizar. Muitas vezes, o que esses jovens precisam é de um apoio, um olhar atento e de alguém que enxergue na situação de adversidade o potencial do ser humano”, afirmou.

Presidente do STF ressalta valor da capacitação

O presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, também ressaltou a importância da capacitação para o fomento da autonomia existencial e das possibilidades na vida. “A democracia é um projeto de governo coletivo no qual devemos procurar incluir todas as pessoas que encontramos ao longo do caminho, inclusive as que foram de alguma forma marginalizadas”, assinalou.

Acordo

De acordo com o CNJ, a vigência inicial do acordo é de 24 meses, com prorrogação automática a cada 12 meses, e prazo máximo de 60 meses. As renovações deverão manter as cláusulas e as condições pactuadas.

Também participaram da cerimônia o subprocurador José Adonis Callou de Araújo Sá, da Procuradoria-Geral da República (PGR); a conselheira federal Claudia Lopes Medeiros, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); e o corregedor nacional de Justiça e ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luis Felipe Salomão. O acordo foi assinado na abertura da 9ª Sessão Ordinária de 2024 do CNJ.

(Silvia Carneiro/CF)

Fonte: TST

Saiba como verificar o resultado da perícia médica do INSS

Resposta sobre exames médicos permite que beneficiário acompanhe estado de saúde e veja se Benefício por Incapacidade, antigo Auxílio-doença, vai ser deferido ou mantido



Os segurados que recebem ou buscam receber o Benefício por Incapacidade realizam exames médicos periódicos para verificar suas condições de saúde. Consultar o resultado dessas perícias do INSS é um passo importante, ao permitir que o beneficiário acompanhe seu estado de saúde e veja se o benefício será deferido ou mantido.

A perícia médica do INSS é uma consulta realizada por profissionais de saúde do instituto para avaliar a condição de saúde dos beneficiários que recebem auxílio por incapacidade ou invalidez. Este processo é obrigatório e comprova a incapacidade parcial ou total do beneficiário para o trabalho.

Além disso, a perícia é realizada sempre que o INSS precisa decidir sobre a concessão, continuidade ou cessação do benefício. A data da perícia varia de acordo com o tipo de benefício recebido e a necessidade do beneficiário. Normalmente, a perícia é agendada quando um trabalhador necessita se afastar do trabalho por mais de 15 dias.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Jacqueline Barbosa

Caso seja comprovada a necessidade, o trabalhador pode receber auxílio-doença, auxílio-acidente ou aposentadoria por invalidez. Após o término do benefício, uma nova perícia deve ser realizada em até seis meses para verificar a necessidade de continuidade do pagamento.

Passos para consultar o resultado da perícia no Meu INSS

1. Acesse o site Meu INSS ou o aplicativo do Meu INSS.
2. Faça login com sua conta gov.br.
3. Procure pela opção “Resultado de Benefício por Incapacidade”.
4. Consulte o resultado da sua solicitação.

Após a realização da perícia, o resultado pode ser consultado a partir das 21h do mesmo dia, online, pelo site ou aplicativo do Meu INSS, sem necessidade de comparecimento presencial. O documento com o resultado contém informações pessoais, o motivo da perícia, a decisão (deferimento ou indeferimento) e o motivo da decisão.

Se não estiver disponível após esse horário, o beneficiário pode ligar para o telefone 135 do INSS e falar com um atendente para resolver a questão.

Link: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/noticias-e-conteudos/2024/agosto/como-saber-o-resultado-da-minha-pericia-medica>

Fonte: CUT

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF